

CONTRATO OCS Nº 129/2015**CONTRATO SAP Nº 4400001177****Inexigibilidade de Licitação nº 32/2015**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO
NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES E
ROBORTELLA ADVOGADOS, NA FORMA
ABAIXO:**

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília – DF e serviços no Rio de Janeiro – RJ, na Av. República do Chile, n.º 100, CEP 20031-917, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social; e **ROBORTELLA ADVOGADOS**, com sede na Avenida Paulista, nº 1776, 12º andar, Bela Vista, São Paulo – SP, CEP 01310-200, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 54.660.246/0001-19, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, em conformidade com o procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2014, com fundamento no artigo 25, *caput*, II e § 1º c/c artigo 13, II, da Lei nº 8.666/93, autorizado em 30/03/2015, por intermédio da IP ARH/DEGEST nº 02/2015, de 26/03/2015, publicado no DOU em 02/04/2015, seção 3, página 123, conforme previsão orçamentária sob rubrica nº 3102200023, centro de custo nº BN29003000, observado o disposto na Lei nº 8.666/93, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço de profissional especializado na área do direito do trabalho, consistente na elaboração de Parecer, tendo por objeto a análise das questões ligadas a novo plano de carreira dos empregados do BNDES, conforme especificações constantes do Projeto Básico e da Proposta apresentada pela **CONTRATADA**, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O Contrato terá a duração de 09 (nove) meses, a contar da data de sua assinatura.

CONTRATO OCS Nº 129/2015

NÚMERO SAP 4400001177



Leandro Gadelha Dourado Negueira
Gerente
AA/DEJUR/GEJUR1

CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do serviço respeitará as especificações constantes da Proposta apresentada pela **CONTRATADA** e do Projeto Básico, respectivamente, Anexos II e I deste Contrato, observando-se especialmente, quanto a este último:

- I. o Item 3 (especificação do objeto da contratação);
- II. o Item 5 (local de execução);
- III. o Item 6 (vigência e prazo de execução); e
- IV. seu anexo III ("Questionário para cotação dos serviços" – quesitos), cujas questões devem ser respondidas no Parecer.

Parágrafo Primeiro

A versão final do Parecer que é objeto do presente Contrato deverá ser entregue ao BNDES em até 20 (vinte) dias contados da data de assinatura deste Instrumento.

Parágrafo Segundo

A **CONTRATADA** deverá designar como responsável direto pela execução dos serviços o Dr. Luiz Carlos Amorim Robortella, que deverá, inclusive, subscrever o Parecer a ser entregue, não cabendo, em nenhuma hipótese, a substituição desse profissional.

CLÁUSULA QUARTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

O **BNDES** efetuará o recebimento do objeto, através do Gestor mencionado na Cláusula Décima deste Contrato, observadas as condições e os procedimentos a seguir.

Parágrafo Primeiro

A versão final do Parecer será recebida provisoriamente, quando da sua entrega, mediante Termo de Recebimento Provisório, para a verificação de sua conformidade com as especificações, condições e obrigações previstas neste Contrato e em seus anexos, no prazo de 10 (dez) dias. Verificada a necessidade de ajustes, adaptações e/ou esclarecimentos, o seguinte procedimento será adotado:

- I. a **CONTRATADA** será convocada a efetuá-los, às suas expensas, em prazo a ser fixado pelo Gestor do Contrato, de até 7 (sete) dias,. A concessão de prazo para ajustes, adaptações e/ou esclarecimentos não impede a instauração de procedimento punitivo para aplicação de penalidade, quando cabível, nos termos da Cláusula Décima Terceira deste Instrumento;
- II. realizados os ajustes adaptações e/ou esclarecimentos solicitados pelo **BNDES**, será emitido novo Termo de Recebimento Provisório, sendo realizada, em seguida, nova avaliação de conformidade pelo **BNDES**, no prazo de 10 (dez) dias; e
- III. não realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas, o objeto será rejeitado

total ou parcialmente, podendo o Contrato ser rescindido pelo **BNDES**, sem prejuízo da instauração de procedimento punitivo para a aplicação de penalidade.

Parágrafo Segundo

Verificado o atendimento das especificações, condições e obrigações previstas neste Contrato e em seus anexos, o **BNDES** receberá definitivamente o objeto, em até 10 (dez) dias a contar do recebimento provisório, através da emissão de Termo de Recebimento Definitivo, sendo observado que o recebimento definitivo do objeto:

- I. constitui condição indispensável para o pagamento do valor ajustado;
- II. não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia do serviço realizado;
- III. não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O **BNDES** pagará à **CONTRATADA**, pela execução do objeto contratado, o valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), conforme Proposta apresentada (Anexo II deste Contrato), observado o disposto na Cláusula Sexta deste Instrumento.

Parágrafo Primeiro

No valor ajustado no *caput* desta Cláusula estão incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas e tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste Contrato, salvo as despesas de viagem previstas no parágrafo seguinte.

Parágrafo Segundo

Quando for necessário o comparecimento de profissional da **CONTRATADA** nas dependências do **BNDES**, as passagens aéreas (ida e volta) para os trechos Rio de Janeiro – São Paulo e as reservas de hotel para hospedagem de, no máximo, 02 pessoas, sendo uma delas necessariamente o profissional designado como responsável direto pela prestação dos serviços, serão providenciadas e custeadas integralmente pelo **BNDES**.

Parágrafo Terceiro

Na hipótese de o objeto ser parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quarto

Caso o **BNDES** não demande o total do objeto previsto no *caput* desta Cláusula, não será devida indenização à **CONTRATADA**, observadas as prescrições da Lei nº 8.666/1993.



CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

O **BNDES** efetuará o pagamento referente ao objeto deste Contrato, em parcela única, por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de apresentação do documento fiscal (Nota Fiscal, Fatura ou equivalente), desde que tenha sido efetuado ateste pelo Gestor do Contrato das obrigações contratuais assumidas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Primeiro

Nas hipóteses em que o recebimento definitivo ocorrer após a entrega do documento fiscal, o **BNDES** terá até 10 (dez) dias úteis, a contar da data em que o objeto tiver sido recebido definitivamente, para efetuar o pagamento.

Parágrafo Segundo

Para toda efetivação de pagamento, a **CONTRATADA** deverá apresentar no mínimo 2 (duas) vias do documento fiscal, quando emitido em papel, ao Protocolo do Edifício de Serviços do **BNDES** no Rio de Janeiro – EDSERJ, localizado na Avenida República do Chile nº 100, Térreo, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20031-917, no período compreendido entre 10h e 18h, ou encaminhar o documento fiscal, quando emitido eletronicamente, à caixa de e-mail nfe@bndes.gov.br.

Parágrafo Terceiro

O documento fiscal deverá conter, minimamente, as seguintes informações:

- I. número da Ordem de Compra/Serviço – OCS;
- II. número SAP;
- III. descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;
- IV. período de referência da execução do objeto;
- V. nome e número do CNPJ da **CONTRATADA**, cuja regularidade fiscal foi avaliada na fase de habilitação, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;
- VI. nome, telefone e e-mail do responsável pelo documento fiscal;
- VII. nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente da **CONTRATADA**, vinculada ao CNPJ constante do documento fiscal, com respectivos dígitos verificadores;
- VIII. tomador do serviço: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES**;
- IX. CNPJ do tomador do serviço: 33.657.248/0001-89;
- X. local de execução do objeto, emitindo-se um documento fiscal para cada Município em que o serviço seja prestado, se for o caso; e
- XI. código do serviço, nos termos da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003.



Parágrafo Quarto

Ao documento fiscal, deverão ser anexados:

- I. certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase de habilitação;
- II. comprovante de que a **CONTRATADA** é optante do Simples Nacional, se for o caso;
- III. em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade; e
- IV. demais documentos solicitados pelo Gestor do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado.

Parágrafo Quinto

Caso sejam verificadas divergências, o **BNDES** devolverá o documento fiscal à **CONTRATADA** ou solicitará a emissão de carta de correção, quando cabível, interrompendo-se o prazo de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pelo **BNDES**.

Parágrafo Sexto

Os pagamentos a serem efetuados em favor da **CONTRATADA** estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Sétimo

Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, o **BNDES** poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Oitavo

Caso o **BNDES** não efetue o pagamento na forma prevista nesta Cláusula, em decorrência de fato não atribuível à **CONTRATADA**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

CLÁUSULA SÉTIMA – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

Considerando o prazo de vigência do presente Contrato, não se admite reajuste ou repactuação de preços, devendo a **CONTRATADA** arcar com eventuais elevações dos custos decorrentes de fatores ordinários, tais como alterações de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Parágrafo Primeiro

O **BNDES** e a **CONTRATADA** têm direito à revisão de preços, em consonância com o inciso



XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

- I. a **CONTRATADA** deverá formular ao **BNDES** requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- II. a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da Proposta e do momento do pedido da revisão;
- III. com o requerimento, a **CONTRATADA** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da Proposta e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado; e
- IV. o **BNDES** examinará o requerimento e informará à **CONTRATADA** quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo

A **CONTRATADA** deverá solicitar a revisão de preços até o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

- I. caso o fato gerador da revisão de preços ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do Contrato, a **CONTRATADA** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador, para solicitar a revisão de preços;
- II. o **BNDES** deverá analisar o pedido de revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega pela **CONTRATADA** dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério do **BNDES**, enquanto a **CONTRATADA** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e
- III. caso a **CONTRATADA** não solicite a revisão de preços nos prazos fixados acima, não fará jus à mesma, operando-se a renúncia ao direito.

CLÁUSULA OITAVA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

A **CONTRATADA**, na forma do artigo 49 da Lei nº 9.610/98 e do artigo 111 da Lei nº 8.666/93, cede ao **BNDES** a totalidade dos direitos autorais dos produtos resultantes da prestação do serviço objeto deste Contrato, sem qualquer remuneração adicional, de forma exclusiva, plena, definitiva e permanente, em caráter irrevogável e irretratável, para toda e qualquer utilização, disposição e fruição, para qualquer finalidade e por qualquer meio, a qualquer tempo e em qualquer lugar, e para qualquer forma de arquivamento.


Leandro Gadelha Mourado Nogueira
Gerente
AA/DEJUR/GEJUR1

Parágrafo Primeiro

A **CONTRATADA** é exclusiva e pessoalmente responsável pela originalidade de tais produtos, declarando ser a autora e/ou titular dos direitos autorais cedidos, obrigando-se a indenizar o **BNDES** pelas perdas e danos que vier a sofrer em caso de contestação.

Parágrafo Segundo

O **BNDES** se compromete a mencionar o nome do autor dos produtos, sempre que os utilizar.

Parágrafo Terceiro

A **CONTRATADA** não poderá utilizar, divulgar ou comercializar tais produtos, salvo prévia e expressa autorização do **BNDES**.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 8.666/93, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- I. manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pelo **BNDES**;
- II. comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o **BNDES**;
- III. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução;
- IV. reparar todos os danos e prejuízos causados ao **BNDES**, decorrentes de sua culpa ou dolo, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do Contrato;
- V. pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo o **BNDES**, a qualquer momento, exigir da **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade;
- VI. providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, comprovando ao **BNDES**, sua exclusão obrigatória do SIMPLES, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, se a **CONTRATADA**, quando optante do SIMPLES:
 - a) extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência deste Contrato; ou
 - b) enquadrar-se em alguma das exceções previstas no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006;
- VII. permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo Gestor do Contrato;
- VIII. obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pelo **BNDES** para a adequada execução do Contrato;

- IX. designar 1 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com o **BNDES**, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da **CONTRATADA**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;
- X. impedir a participação, direta ou indireta, de empregado ou dirigente do Sistema **BNDES** (**BNDES** e suas subsidiárias) na execução do objeto do presente Contrato;
- XI. observar o Código de Ética do Sistema **BNDES** vigente ao tempo da contratação, o qual deverá ser consultado por intermédio do sítio eletrônico *www.bndes.gov.br* ou requisitado ao Gestor do Contrato, assegurando-se de que seus representantes legais e que todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios nele constantes;
- XII. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição;
- XIII. garantir que o objeto do Contrato não infringe quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, *know-how* ou *trade-secrets*, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face do **BNDES**, por acusação da espécie, podendo a **CONTRATADA** ser instada a intervir no processo;
- XIV. responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança das dependências do **BNDES** por parte dos profissionais alocados na execução dos serviços, quanto ao porte de identificação e à utilização dos acessos indicados pelo **BNDES**;
- XV. ceder ao **BNDES** toda a documentação gerada como resultado da execução do objeto, podendo o **BNDES** dela dispor conforme sua conveniência e necessidade, não sendo permitido o seu uso pela **CONTRATADA** ou disponibilização a terceiros sem expressa autorização do **BNDES**;
- XVI. disponibilizar-se a realizar as viagens solicitadas pelo **BNDES**, em dia e horário previamente acordados; e
- XVII. dirimir eventuais dúvidas atinentes ao Parecer objeto da contratação surgidas ao longo de toda a vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO BNDES

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis, vigentes, particularmente na Lei nº 8.666/93, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **BNDES**:

- I. realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- II. designar, como Gestor do Contrato, o Sr. Fábio Chiletto Gonçalves, que atualmente exerce a função de Gerente da ARH/DEGEST/GER2, a quem caberá, consoante as disposições do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução do serviço, bem como a liquidação da despesa e o atestado

de cumprimento das obrigações assumidas;

- III. alterar, quando conveniente, o Gestor do Contrato, por outro profissional, mediante comunicação escrita à **CONTRATADA**;
- IV. fornecer à **CONTRATADA**, quando solicitado ao Gestor do Contrato, cópia do Código de Ética do Sistema **BNDES** e da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**;
- V. disponibilizar à **CONTRATADA** todas as informações necessárias para a perfeita prestação dos serviços, observando os prazos necessários à execução do objeto do presente Projeto;
- VI. esclarecer eventuais dúvidas da **CONTRATADA**, observados os prazos necessários a execução do objeto do presente Projeto;
- VII. abster-se de interferir nos posicionamentos jurídicos adotados pela **CONTRATADA**, a quem serão garantidos a livre manifestação profissional e o livre exercício da profissão e
- VIII. comunicar à **CONTRATADA**, por escrito:
 - a) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;
 - b) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares da **CONTRATADA**, concedendo-lhe prazo para defesa; e
 - c) a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Cabe à **CONTRATADA** cumprir as seguintes regras de sigilo e assegurar a aceitação e adesão às mesmas por profissionais que integrem ou venham a integrar a sua equipe na prestação do objeto deste Contrato, as quais perdurarão, inclusive, após a cessação do vínculo contratual e da prestação do serviço:

- I. cumprir as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**, necessárias para assegurar a integridade e o sigilo das informações;
- II. não acessar informações sigilosas do **BNDES**, salvo quando previamente autorizado por escrito;
- III. sempre que tiver acesso às informações mencionadas no Inciso anterior:
 - a) manter sigilo dessas informações, não podendo copiá-las, reproduzi-las, retê-las ou praticar qualquer outra forma de uso que não seja imprescindível para a adequada prestação do objeto deste Contrato;
 - b) limitar o acesso às informações aos profissionais envolvidos na prestação do serviço objeto deste Contrato, os quais deverão estar cientes da natureza sigilosa das informações e das obrigações e responsabilidades decorrentes do uso dessas informações; e
 - c) informar imediatamente ao **BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independente da

existência de dolo, bem como dos profissionais envolvidos, adotando todas as orientações do **BNDES** para remediar a violação;

- IV. entregar ao **BNDES**, ao término da vigência deste Contrato, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa e registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa a que teve acesso no âmbito deste Contrato;
- V. apresentar, antes do início da prestação do serviço, Termos de Confidencialidade, conforme modelo anexo a este Contrato, assinados pelos profissionais que acessarão informações sigilosas, devendo referida obrigação ser também cumprida por ocasião de substituição desses profissionais; e
- VI. observar o disposto no Termo de Confidencialidade assinado por seus representantes legais, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CESSÃO DE CRÉDITOS, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente Contrato, bem como a emissão, por parte da **CONTRATADA**, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

Parágrafo Primeiro

É admitida a sucessão contratual nas hipóteses em que a **CONTRATADA** realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

- I. aquiescência prévia do **BNDES**, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e
- II. manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais, previstos no item 4 do Projeto Básico.

Parágrafo Segundo

Caso ocorra a sucessão contratual admitida no Parágrafo anterior, o sucessor assumirá integralmente a posição do sucedido, passando a ser responsável pela execução do presente Contrato, fazendo jus, por conseguinte, ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

Parágrafo Terceiro

É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PENALIDADES

Em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pelo **BNDES** ou de inobservância de qualquer obrigação legal, bem como em caso de mora, sem motivo justificado, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes penalidades:


Leonardo Gadelha Dourado Nogueira
Gerente



- I. advertência;
- II. multa:
 - a) de até 0,5% (meio por cento), por dia de atraso na entrega do Parecer, incidente sobre o valor total do Contrato;
 - b) de até 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor total do Contrato, em virtude de qualquer descumprimento contratual não previsto na alínea anterior, apurada de acordo com a gravidade da infração;
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado de acordo com a gravidade da infração; e
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Primeiro

As penalidades indicadas nesta Cláusula somente poderão ser aplicadas após procedimento administrativo, e desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, facultada à **CONTRATADA** a defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Segundo

Contra a decisão de aplicação de penalidade, a **CONTRATADA** poderá interpor o recurso cabível, na forma e no prazo previstos na Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro

A imposição de sanção prevista nesta Cláusula não impede a rescisão unilateral do Contrato pelo **BNDES**, nos casos previstos nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Quarto

A multa prevista nesta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as demais penalidades.

Parágrafo Quinto

A multa aplicada à **CONTRATADA** e os prejuízos causados ao **BNDES** serão deduzidos de quaisquer créditos a ela devidos, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

Parágrafo Sexto

No caso de uso indevido de informações sigilosas, observar-se-ão, no que couber, os termos da Lei nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012.

Parágrafo Sétimo

No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os

termos da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Oitavo

As sanções previstas nos Incisos III e IV desta Cláusula também poderão ser aplicadas nas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido:

- I. por ato unilateral do **BNDES**, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, quando cabível;
- II. por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para o **BNDES**; e
- III. por via judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o Contrato, nos termos dos incisos I ao XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, a **CONTRATADA** responderá por eventuais perdas e danos e sujeitar-se-á às penalidades decorrentes do Contrato, apuradas em procedimento administrativo, bem como às consequências previstas no artigo 80 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, observando-se, ainda, o disposto no artigo 79, parágrafo segundo, da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Parágrafo Primeiro

Integram o Contrato o Projeto Básico, a Proposta apresentada pela **CONTRATADA**, o Termo de Confidencialidade a ser assinado pela **CONTRATADA** e o modelo de Termo de Confidencialidade a ser assinado pelos profissionais envolvidos na execução do serviço, respectivamente Anexos I, II, III e IV ao presente Instrumento, no que com este não colidir, bem como com as disposições legais aplicáveis, observando-se que, ocorrendo conflitos de interpretação entre as disposições contratuais e de seus anexos, prevalecerá o disposto no

Contrato e na legislação em vigor.

Parágrafo Segundo

Caso haja contradição entre os termos da Proposta da **CONTRATADA** e o Projeto Básico, (respectivamente Anexos II e I), prevalecerá o estabelecido neste.

Parágrafo Terceiro

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Contrato, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As folhas deste Contrato são rubricadas por Mariana Terk Campos, advogada do **BNDES**, por autorização do representante legal que o assina.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Instrumento, redigido em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.


Rio de Janeiro, 22 de abril de 2015

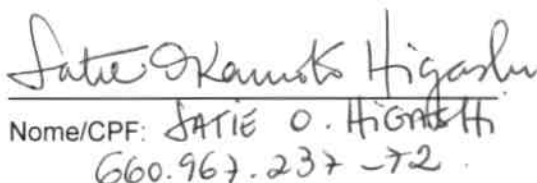

Francisco Eduardo Santos Rizzo
Chefe de Departamento
AA/DEPAD

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES


ROBORELLA ADVOGADOS

Testemunhas:


Nome/CPF: MARCON T. DE CURS
072788652-37


Nome/CPF: JATIE O. HIGASHIH
660.967.237-72

340 OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - CERQUEIRA CESAR - SÃO PAULO/SP
RUA FREI CANECA 371 - CEP: 01347-001 - FONE: (11) 3196-1433 / 3171-1483 - E-MAIL: j4ccesar@terra.com.br

Reconheço, por semelhança, a firma de: (1) LUIZ CARLOS ANDRIM ROBORELLA, em documento com valor econômico, dou fé.

Em Teste São Paulo, 24 de abril de 2015.
da verdade. Cód.: 200713615344700145085

ADOLFO JOSE BASTOS DA CUNHA - Oficial

Válido somente com selo de autenticidade. (Utd 1: Total R\$ 7,34)

Selo(s): 1 Ato: 1029AA-447274

Leonardo de Brito Epifani
Escrivente Autorizado



PROJETO BÁSICO

1. RESUMO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços de profissional especializado na área do direito do trabalho para a análise de questões ligadas a novo modelo de plano de carreira dos empregados do BNDES, notadamente referentes aos reflexos decorrentes da criação da função de especialista como nova função de confiança dos empregados de nível universitário e criação da respectiva gratificação de especialização.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O Planejamento Corporativo do BNDES estabelecido para o período 2009/2014 sinalizou a necessidade da implementação da Gestão Estratégica de Pessoas neste Banco.

O Projeto Gestão Estratégica de Pessoas – GEP é um projeto corporativo coordenado pela Área de Recursos Humanos – ARH e desenvolvido com suporte técnico e metodológico da Fundação Instituto de Administração - FIA. O GEP é composto pelos projetos Gestão por Competências, Aprendizagem Corporativa, Gestão de Desempenho e Gestão de Plano de Carreira.

Dos referidos projetos cabe destaque ao Projeto Gestão de Plano de Carreira (GEP Carreira) que tem por objetivo a valorização da carreira técnica do BNDES por intermédio de instrumentos de gestão que privilegiem a meritocracia e que promovam o desenvolvimento profissional dos seus empregados em consonância com seus objetivos estratégicos.


Leonardo Gadelha Durado Nogueira
Gerente
AA/DEJUR/GEJUR1



Assim, após validação jurídica inicial, foi deliberado pela Diretoria em 02/12/2014, um novo modelo para o plano de carreira, a abarcar, quanto ao plano vigente dos empregados do BNDES, as seguintes alterações:

- 1) Estabelecer a manutenção da gratificação de função para integrantes do PECS, nos mesmos moldes das regras atualmente vigentes para os integrantes do PUCS;
- 2) Criar a função de especialista para a nova carreira técnica dos empregados de nível universitário, associada ao conhecimento profundo das atividades exercidas e das competências técnicas da área de lotação do empregado;
 - a) Estabelecer requisitos de elegibilidade e acesso, bem como a realização de avaliação para verificação das dimensões técnica e de desenvolvimento profissional do empregado;
 - b) Estabelecer a gratificação de especialização, cujo valor variará conforme o nível de complexidade da atividade exercida, podendo haver três níveis: Especialista I, II e III;
 - c) Estabelecer a não cumulatividade entre as gratificações de especialização e demais funções;
 - d) Estabelecer a manutenção da gratificação de especialização, com a mesma regra de manutenção das demais gratificações de função;
 - e) Estabelecer que o quantitativo de funções de especialista será limitado a 1/3 do quantitativo de empregados do segmento de nível universitário, ficando, no mínimo, 1/3 dos empregados como técnico não ocupante de função, ou seja, profissional básico;
 - f) Estabelecer que a definição do quantitativo de funções de especialista, no primeiro ano, dar-se-á por meio da aplicação do percentual de 20% sobre o quantitativo dos elegíveis, sendo que competirá às áreas a definição de 80% desse total, com limite de 7 vagas por área, e à Diretoria os 20% restantes, sendo destinadas 3 vagas para ATI; nos demais anos, serão criadas 45 vagas de funções de especialista, até ser alcançado o quantitativo máximo de 1/3 de especialistas, cabendo a indicação de uma vaga por área e o restante pela Diretoria;
- 3) Aumentar o salário inicial do segmento de nível médio por meio da redução da tabela salarial de 22 para 19 intervalos, resultando num aumento de 19,1% no salário-base, NM-01;
- 4) Unificar os cargos de técnico administrativo e técnico de arquivo.


Leandro Gacina Dourado Nogueira
Gerente
AA/DEJUR/GEJUR1

A partir dessas diretrizes, foram traçadas as linhas mestras do novo modelo conceitual do Plano de Carreira, a implicar modificações em normativos em vigor. Dentre tais inovações, enfatiza-se a criação de uma nova função de confiança denominada de especialista.

Houve, portanto, no novo modelo de plano de carreira, a criação da função de especialista (em três níveis) como nova função de confiança dos empregados de nível universitário e criação da respectiva gratificação de função.

Assim, o BNDES, com a alteração pretendida, passa a ter em seus quadros, no que tange, aos profissionais de nível universitário, além dos profissionais básicos, aqueles que exercem a função de especialistas e os que exercem a função executiva.

Deste modo, com a superveniência de um novo conceito de plano de carreira, emergem pontos de maior sensibilidade jurídica. Há, portanto, a necessidade de estudo mais abalizado sobre a temática, a fim de serem conhecidos eventuais riscos jurídicos decorrentes da sua implementação, a fim de se buscar soluções jurídicas capazes de minimizá-los e/ou saná-los.

Assim, considerando que há alguns tópicos do referido modelo que têm sido objeto de ampla discussão no BNDES, foram elaborados quesitos que, pela relevância na sustentação do modelo, precisam ser examinados e elucidados a fim de se evitar quaisquer riscos trabalhistas a este Banco.

Tais pontos focam-se, em linhas gerais, no risco de:

1. uso de acordo individual e/ou coletivo para promover as novas alterações nos planos de carreira vigentes;
2. uso da figura do "especialista" como espécie de função de confiança;
3. substituição do especialista;
4. desconsideração do tempo de especialista para a incorporação da gratificação de função de executivo e vice-versa;


Leandro Godeina Dourado Nogueira
Gerente
AA/DEJUR/GEJUR1

5. segregação da função de especialista e da função de executivo, para fins de manutenção de gratificação e substituição;
6. acumulação entre a gratificação de função de especialista e a gratificação de função executiva; e
7. equiparação salarial entre o especialista I, II e III.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

A contratação terá por objeto a prestação de serviço profissional especializado, consistente na elaboração de Parecer, à luz do direito do trabalho, referente aos quesitos formulados pela Contratante sobre o novo modelo de Plano de Carreira do BNDES, notadamente no que toca à elucidação dos riscos quanto aos reflexos decorrentes da criação da função de especialista como nova função de confiança dos empregados de nível universitário e criação da respectiva gratificação de especialização.

Após verificação da pertinência e conveniência, a Contratante encaminhará ao Contratado os materiais julgados necessários para o estudo do respectivo tema, a fim de subsidiar a análise do profissional especificamente designado para a prestação dos serviços.

Ao final do estudo, o Contratado deverá entregar, em reunião previamente agendada com o BNDES, minuta de Parecer, na qual deverão ser abordados todos os assuntos envolvidos nos quesitos formulados pela Contratante, cujas respostas deverão estar destacadas por bloco, constituindo instrumentos anexos ao Parecer.

O Sistema BNDES apreciará a minuta do Parecer e anexos, de modo a verificar se todas as questões suscitadas por meio dos quesitos foram abordadas e, ainda, a eventual necessidade de esclarecimentos adicionais sobre os temas tratados. Todavia, não caberá ao Sistema BNDES interferir nos posicionamentos adotados pelo Contratado em seu Parecer, ficando



Leandro Gadelha Dourado Nogueira
Gerente
AA/DEJUR/GEJUR1

assegurados a livre manifestação do profissional designado para a prestação dos serviços e o livre exercício da profissão.

Após as eventuais considerações do Sistema BNDES, o Contratado deverá emitir versão final do Parecer.

3.1 CARACTERÍSTICAS DO PARECER

O Parecer deverá versar sobre todas as questões jurídicas compreendidas nos quesitos formulados pela Contratante, elucidando os riscos jurídicos envolvidos e apresentando sugestões e/ou possíveis soluções, capazes de evitá-los ou minorá-los.

As abordagens contidas no Parecer deverão ser as mais completas possíveis, sendo apresentadas de forma fundamentada, consistente, clara e objetiva.

Os posicionamentos adotados deverão demonstrar aderência à realidade própria do Sistema BNDES, o que exigirá do profissional responsável pela execução dos serviços o conhecimento sobre as práticas adotadas no âmbito da Contratante e sobre os seus normativos.

O Parecer deverá ser apresentado na forma impressa e em arquivo eletrônico.

4. QUALIFICAÇÃO DO CONTRATADO

O Contratado deverá possuir, em seu corpo técnico, profissional com notória especialização na área trabalhista, situação a ser comprovada mediante a apresentação do currículo, de títulos, trabalhos anteriormente realizados e atestados de desempenho que comprovem tais condições.


Leandro Gadelma Dourado Nogueira
Gerente
AA/DEJUR/GEJUR1

O profissional, designado contratualmente, deverá ser o responsável direto pela prestação dos serviços, devendo ser firmado por ele o Parecer a ser entregue, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a sua substituição.

5. LOCAL DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

A prestação do serviço deverá ser realizada nas dependências do Contratado, podendo ser solicitado, a critério da Contratante, o comparecimento do profissional responsável pela execução dos serviços, nas dependências do BNDES, situadas no Rio de Janeiro, em datas a serem previamente acordadas com o Contratado.

Todos os materiais impressos deverão ser entregues na unidade do BNDES, na Av. República do Chile, 100 – 12º. Andar – Rio de Janeiro – CEP 20031-917, aos cuidados do Gestor do Contrato, bem como as mídias eletrônicas utilizadas para entrega dos arquivos eletrônicos.

6. VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

O Contrato a ser celebrado terá vigência de 9 (nove) meses, contados a partir de sua assinatura.

As informações consideradas necessárias para a execução dos serviços contratados serão entregues ao escritório contratado no ato da assinatura do Contrato, sem prejuízo de envio posterior de dados adicionais.

Ao receber a versão final do Parecer, em até 20 dias da assinatura do contrato, o Gestor do Contrato, que prontamente emitirá Termo de recebimento provisório, verificará, no prazo de 10 dias, a conformidade do Parecer com a especificação definida no Contrato. Caso o Parecer esteja de acordo com as especificações contratuais, deverá o Gestor emitir o Termo de recebimento definitivo do objeto.


Leandro Godinho Dourado Nogueira
Gerente
AA/DEJUR/GEJUR1



Constatada a existência de incongruências no Parecer apresentado, o Gestor do Contrato deverá notificar o Contratado para realizar as modificações/adaptações/esclarecimentos complementares apontados no prazo de até 07 (sete) dias, a ser fixado pelo próprio Gestor.

Realizados as modificações/adaptações/esclarecimentos, o Gestor do Contrato terá o prazo de mais 10 (dez) dias para emitir o Termo de recebimento definitivo.


A desobediência do Contratado aos prazos apontados neste Projeto Básico implicará a aplicação das sanções contratualmente previstas, caso constatado que causou ou contribuiu para o atraso.

7. VALOR DO CONTRATO:

O BNDES pagará pela prestação do serviço o valor global constante do Contrato. Ressalte-se que todas as demais despesas necessárias à execução do Contrato, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, insumos e custos administrativos, além das despesas com deslocamentos, salvo às referentes às passagens aéreas abaixo especificadas, já devem constar da proposta comercial do Contratado.

Sendo necessário o comparecimento do Contratado nas dependências do BNDES, situadas no Rio de Janeiro, as passagens aéreas (ida e volta) para os trechos Rio de Janeiro – São Paulo e as reservas de hotel para hospedagem de, no máximo, 02 pessoas, sendo uma delas necessariamente o profissional designado como responsável direto pela prestação dos serviços, serão providenciadas e custeadas integralmente pelo BNDES.

Estima-se a realização de até 02 (duas) viagens, com previsão de hospedagem por 5 (cinco) dias, no Rio de Janeiro, para cada uma das viagens, podendo, caso necessário, haver a designação de um número maior de viagens.



Leandro Gadelha de Aguiar
Gerente
AA/DEJUR/GEJUR1
Página 7 de 19

8. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado pelo BNDES por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de apresentação da fatura.

Todo e qualquer pagamento ficará condicionado à aprovação, pelo(s) gestor(es) do contrato, do cumprimento dos serviços executados, em conformidade com as especificações contidas neste projeto básico.

9. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO CONTRATADO:

Constituirão obrigações do Contratado, além daquelas estipuladas na legislação em vigor, especialmente, na Lei nº 8.666/93:

- I- Designar como responsável direto pela execução dos serviços especificados neste Projeto Básico profissional com notória especialização em direito do trabalho, que deverá, inclusive, subscrever o Parecer a ser entregue, não cabendo, em nenhuma hipótese, a substituição desse profissional;
- II- Manter o mais completo e absoluto sigilo sobre os dados, materiais, documentos e informações a que vier a ter acesso, direta ou indiretamente, durante a execução do objeto. A formalização deste compromisso se dará através da assinatura, por parte do representante legal do Contratado, do Termo de Confidencialidade;
- III- Instruir todos os envolvidos na prestação dos serviços quanto ao cumprimento e obediência das Diretrizes e Normas de Política Corporativa de Segurança da Informação do BNDES, necessárias para resguardar e assegurar que as informações sejam


Leandro Gadelha Dourado Nogueira
Gerente
AA/DEJUR/GEJUR1

preservadas quanto à integridade e confidencialidade, sob pena de se responsabilizar pelo ressarcimento de quaisquer danos ou prejuízos causados ao BNDES, suas subsidiárias ou a terceiros, decorrentes de execução dos serviços contratados, bastando para tanto, comunicação por escrito;

- IV- Apresentar, no ato da celebração do Contrato, TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E NÃO DIVULGAÇÃO, conforme modelo do BNDES em anexo, devidamente assinado por cada um dos profissionais integrantes na execução dos serviços deste Projeto Básico e observar as demais normas relativas ao sigilo e à confidencialidade de informações e dados disponibilizados;
- V- Ceder ao BNDES toda a documentação gerada como resultado da execução do objeto, podendo a Contratante dela dispor conforme sua conveniência e necessidade, não sendo permitido o seu uso pelo Contratado ou disponibilização a terceiros sem expressa autorização do BNDES;
- VI- Disponibilizar-se a realizar as viagens solicitadas pela Contratante, em dia e horário previamente acordados com o BNDES;
- VII- Dirimir eventuais dúvidas atinentes ao Parecer objeto da contratação, surgidas ao longo de toda a vigência contratual;
- VIII- Não subcontratar, nem transferir ou ceder o contrato ou seu objeto, no todo ou em parte;
- IX- Designar um interlocutor com o BNDES como responsável pelo contrato para receber informações e documentos pelo Contratado, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Contrato;


Leandro Gadelha Dourado Nogueira
Gerente
AA/DEJUR/GEJUR1



- X- Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas na ocasião da contratação;
- XI- Corrigir quaisquer falhas verificadas na execução do objeto, sem qualquer ônus adicional, cumprindo todas as determinações do BNDES;
- XII- Observar o Código de Ética do Sistema BNDES vigente ao tempo da contratação, o qual deverá ser consultado por intermédio do sítio www.bndes.gov.br ou requisitado ao Gestor do CONTRATO, assegurando-se de que seus representantes legais e que todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios nele constantes; e
- XIII- Efetuar o pagamento de todos os tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o Contrato ou seu objeto, podendo o BNDES, a qualquer tempo, exigir a comprovação de sua regularidade, bem como descontar de qualquer crédito do Contratado a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza que efetue ou venha a efetuar por imposição legal.

10. OBRIGAÇÕES DO BNDES:

Constituirão obrigações do BNDES:

- I- Disponibilizar ao Contratado todas as informações necessárias para a perfeita prestação dos serviços, observando os prazos necessários à execução do objeto do presente Projeto;
- II- Esclarecer eventuais dúvidas do Contratado, observado os prazos necessários a execução do objeto do presente Projeto;


Leonardo Gadelma Mourado Nogueira
Gerente
AA/DEJUR/GEJUR1

- III- Comunicar por escrito ao Contratado quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados à execução do serviço;
- IV- Fornecer ao Contratado, quando solicitada por intermédio do Gestor do Contrato, cópia do Código de Ética do Sistema BNDES;
- V- Abster-se de interferir nos posicionamentos jurídicos adotados pelo contratado, a quem serão garantidos a livre manifestação profissional e o livre exercício da profissão.
- VI- Notificar o Contratado, por escrito, da aplicação de eventuais penalidades; e
- VII- Fiscalizar a execução do objeto do Contrato.

11. GARANTIA CONTRATUAL:

Fica o Contratado dispensado de prestar garantia contratual.

12. PENALIDADES:

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo BNDES ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais e/ou legais, sem motivo justificado, o Contratado ficará sujeito à aplicação das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação por parte do BNDES:

- advertência;


Leandro Gadelma Mourado Nogueira
Gerente
AA/DEJUR/GEJUR1



- multa de até 0,5% (meio por cento) sobre o valor global do Contrato por dia de atraso na entrega do Parecer final;
- multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global do Contrato, na hipótese de descumprimento de outras obrigações, apurada de acordo com a gravidade da infração;
- suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com o BNDES, pelo período de até 2 (dois) anos, de acordo com a natureza e a gravidade da infração cometida.

As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

Quando da aplicação da penalidade de multa, o BNDES ficará, desde logo, autorizado a reter e compensar, dos créditos do Contratado, o valor da multa devida.

A decisão de aplicação de penalidade será recorrível, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da respectiva notificação.

A imposição das sanções previstas não impede a rescisão unilateral do Contrato pelo BNDES nos casos previstos nos incisos I a XII e XVIII do artigo 78 da lei nº 8.666/93.


Leandro Galdino Dourado Nogueira
Gerente
AADEJUR/GEJUR1

PROJETO BÁSICO - ANEXO III
Questionário para cotação dos serviços

ANÁLISE JURÍDICA DO MODELO CONCEITUAL DO NOVO PLANO DE CARREIRA

QUESITOS

Considerando novo modelo de Plano de Carreira, pergunta-se:

1. Com relação aos contratos de trabalho já em curso, à luz da legislação e jurisprudência trabalhistas, é possível efetuar as alterações propostas aos regulamentos PECS e PUCS? De quais cuidados deve o BNDES, na qualidade de empregador, cercar-se para mitigar riscos trabalhistas? Alguma das alterações pode ser considerada prejudicial ao empregado?
2. Existe vedação legal que impeça ou precedentes judiciais que desaconselhem a adoção da figura do “especialista” como espécie de função de confiança? Ou seja, além de ter o conhecimento técnico reconhecido em avaliação, precisa da indicação e pode ser destituído a qualquer tempo. Se a resposta for positiva, indicar quais são, bem como descrever os riscos trazidos por essa decisão.
 - 2.1 Como medida mitigadora de riscos trabalhistas, julga o parecerista recomendável vedar a substituição do especialista em qualquer caso por outro empregado? Sua não adoção traz risco provável, possível ou remoto de êxito em pleitos de equiparação?
 - 2.2 Há algum risco trabalhista em vedar que o empregado especialista substitua um colega que exerce função de confiança executiva? Se positiva, o risco é provável, possível ou remoto?
 - 2.3 Há algum risco trabalhista na previsão de que o tempo de exercício da função de especialista não seja levado em consideração para fins da incorporação (manutenção da gratificação) de função de confiança executiva e vice-versa? Quais medidas devem ser adotadas para mitigar o risco existente? Classifique o risco trabalhista em provável, possível ou remoto para as hipóteses: a) de serem adotadas as medidas mitigadoras; e b) de não serem adotadas.
 - 2.3.1 Considerando que tanto o empregado especialista como o executivo exercerão funções de confiança, seria recomendável do ponto de vista da mitigação de riscos jurídicos, que o tempo de exercício de uma função (seja de especialista ou executiva) fosse levado em consideração para incorporação da mais alta entre elas (gratificação de especialista ou executiva)? Ou seja, considerando-se que as

funções de especialista e executiva são espécies do gênero função de confiança, qual é a decisão mais segura do ponto de vista jurídico: 1) fundado no fato de pertencerem ao mesmo gênero (função de confiança) o tempo de exercício da função executiva e de especialista deve ser contado para fins de incorporação daquela que garantir gratificação de maior valor ao empregado; ou 2) por serem espécies diferentes do mesmo gênero, remunerando e valorizando competências igualmente diversas (competência técnica x competência executiva), devem ter o seu prazo de exercício contado em separado, pois não são intercambiáveis entre si? O risco da escolha da opção n.º 2 carregaria risco jurídico classificado em: provável, possível ou remoto?

2.4 Em caso de o empregado atender a todas as condições para incorporar a gratificação de especialista e, em seguida, ser convidado a exercer função de confiança executiva, há risco de "empilhamento" das duas gratificações? Quais medidas mitigadoras de risco devem ser adotadas? Em sendo adotadas integralmente as medidas mitigadoras, como passa ser classificado o risco: provável, possível ou remoto?

2.5 Há risco trabalhista de pedido de equiparação da função de confiança de especialista entre os 3 diferentes níveis I, II e III? Quais medidas devem ser adotadas para mitigar o risco de pedido de equiparação entre os designados para exercer a função de especialista I, II e III? Quais as recomendações na definição dos critérios de elegibilidade e das tarefas que cada especialista vai exercer?

2.5.1 Responder a mesma pergunta em relação à comissão de confiança para nível médio de encarregado I, II e III.



Leandro Gadelha Dourado Nogueira
Gerente
AA/DEJUR/GEJUR1



Robortella

ADVOGADOS

Luiz Carlos Amorim Robortella
Patrícia de Oliveira Robortella
Antonio Galvão Peres
Moacir Santana dos Reis
Sérgio Fischetti Bonecker
Flávia A. Messias da Silva Neves
Juliana Scalissi M. Gaspar Ferreira
Elisa Maria B. Cerejo Baraúna
Daiane Maria de Lima
Flávio de Sena Volpon
Tatiane Marques dos Santos
Lucélia Hitomi Ninomiya

Luiz Fernando Amorim Robortella
Fernanda R. G. S. P. Damasceno
Tábata Delgado Barroso
Luciana Girodo
Roberta Karina M. de Almeida
Andréa A. da S. Gonzalez Durand
Danielle Amoroso Guelfi de Aveiro
Leila Cecília Vidal Marutti
Thaís Helena A. Gonçalves
Rafaella Novi
Sylvio Moacyr D'Alkimir A. Nicoletti

Larissa Souza Mesquita
Ana Paula Serbino do Prado
Vinicius da Silva Cerqueira
Aline Pereira
Iris Aparecida Franco
Camilla Struziato Toquetti
Patrícia dos Santos Armelin
Renata Macedo do Lago
Marcela Pires Pontes
Thaís Aline Martins Melo Moura
Daniel Chen

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

Ao

BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Rio de Janeiro - RJ

Att.: Dr. Oliver Azevedo Tuppan.

Ref.: Proposta de honorários. Parecer.

Prezados Senhores.

Atendendo ao seu honroso pedido, apresentamos proposta para elaboração de parecer acerca das novas propostas de alteração dos planos de cargos e salários ("PUCS" e "PECS"), conforme projeto básico que nos foi enviado em 13.02.2015.

Propomos honorários de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), pagáveis quando da entrega do parecer.

Av. Paulista, 1776, 12º and.
São Paulo - SP
Tel. (11) 3174-0200

R. Mal. Deodoro, 1784, 10º and.
São Bernardo do Campo - SP
Tel. (11) 4128-1340

1


Leandro Gadelma Dourado Nogueira
Gerente
AA/DEJUR/GEJUR1

Robortella

ADVOGADOS

O parecer será entregue em até 20 (vinte dias) da contratação.

Sem mais, subscrevemo-nos

Atenciosamente.



ROBORTELLA ADVOGADOS



Leandro Gadelma Dourado Nogueira
Garante
AADEJUR/GEJUR1



ANEXO III - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E NÃO DIVULGAÇÃO**(REPRESENTANTE LEGAL)**

ROBORTELLA ADVOGADOS, por intermédio de seu representante legal, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** – Contrato OCS nº 129/2015, celebrado em 22/04/2015, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do Contrato ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:


Leonardo Gadella Dourado Nogueira
Gerente
AA/DEJUR/GEJUR1



- I. Listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais a que venha a ter acesso;
- II. Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de marketing, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. Metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- IV. Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;
- V. Documentos e informações utilizados na execução dos serviços do contrato OCS nº 129/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº 129/2015, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.


Leandro Gadelha Dourado Nogueira
Gerente
AA/DEJUR/GEJUR1

CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº 129/2015, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o **RESPONSÁVEL**, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº 129/2015, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará responsabilização civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.


Leandro Gadelma Dourado Nogueira
Gerente
AA/DEJUR/GEJUR1



Classificação: Ostensivo

Sem Restrição de Acesso

Unidade Gestora: AA/DEJUR

CLÁUSULA SÉTIMA

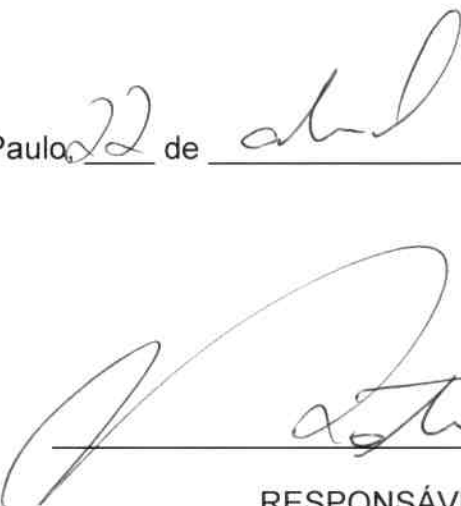
As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o **RESPONSÁVEL** e as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e abrangem as informações presentes e futuras.

CLÁUSULA OITAVA

O **RESPONSÁVEL** se compromete no âmbito do Contrato objeto do presente Termo, a apresentar às **EMPRESAS DO BNDES** declaração individual de adesão e aceitação das cláusulas do **Termo de Confidencialidade para Profissionais Terceirizados**, de cada integrante ou participante da equipe que prestar ou vier a prestar os serviços especificados no Contrato OCS nº 129/2015.

DE ACORDO,

São Paulo, 22 de abril de 2015.


RESPONSÁVEL


Leonardo Gadella Dourado Nogueira
Gerente
AA/DEJUR/GEJUR1

340 OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - CERC UETRA CESAR - SÃO PAULO/SP
RUA FREI CANECA 371 - CEP: 01337-001 - FONE: (11) 3156-1433 / 3171-1423 - E-MAIL: 340cesar@terra.com.br
Reconheço, por semelhança, a firma de: (1) LUIZ CARLOS AMORIM ROBERTELLA, em
documento com valor econômico, dou fé.
São Paulo, 24 de abril de 2015.
Em Teste da verdade. Cód.: 2010936015344700145005
ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA CUNHA - Oficial
Válido somente com selo de autenticidade. (Qtd 1: Total R\$ 7,34)
Selo(s): 1 Ato: 1028AA-447275

Leonardo de Brito Epifani
Escritor Autorizado



MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA PROFISSIONAIS E ESTAGIÁRIOS DAS EMPRESAS DO SISTEMA BNDES – ANEXO IV

_____, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão de seu relacionamento funcional e de seu vínculo empregatício ou contratual com as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e de seus clientes e parceiros comerciais, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:


Leandro Gadelha Dourado Nogueira
Gerente
AA/DEJUR/GEJUR1




- I. Listagens e documentações com informações confidenciais, inclusive aquelas relativas ao sigilo bancário que as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** devem observar, por imposição legal;
- II. Documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de marketing, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. Metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- IV. Valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica;
- V. Documentos e informações utilizados no relacionamento com as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

CLÁUSULA TERCEIRA


O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham a ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.



Leandro Gadelha Dourado Nogueira
Gerente
AA/DEJUR/GEJUR1



CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade destas, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto em contato com as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** adotará todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará responsabilização civil e criminal do **RESPONSÁVEL** que, comprovadamente, estiver envolvido no descumprimento ou violação e ensejará, relativamente ao **RESPONSÁVEL** empregado das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, a aplicação do disposto no subitem "Penalidades" dos regulamentos gerais de pessoal dos respectivos planos de cargos e salários.

CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do relacionamento entre o **RESPONSÁVEL** e as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, e abrangem as informações presentes ou futuras.


Leandro Cedeira Dourado Nogueira
Gerente

AA/DEJUR/GEJUR1



Classificação: Ostensivo
Sem Restrição de Acesso
Unidade Gestora: AA/DEJUR

DE ACORDO,

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2015.



RESPONSÁVEL

Leandro Gadelha Dourado Nogueira
Gerente
AA/DEJUR/GEJUR1

34º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - L'ROQUEIRA CESAR - SAO PAULO/SP
CEL. ADOLFO JOSE RASTOS DA CUNHA - OFICIAL
RUA FREI CANECA, 371 - CEP: 01307-901 - FONE: (11) 3155-1433 / 3171-1135 - E-MAIL: 34ccesar@terra.com.br

Reconheço, por semelhança, a firma de: (1) LUIZ CARLOS AMORIM ROBORELLA, em documento com valor econômico, dou fé.

São Paulo, 24 de abril de 2015.
Em Teste da Verdade. Cod.: 2008243915344700145085

ADOLFO JOSE RASTOS DA CUNHA - Oficial
Válido somente com selo de autenticidade. (Otd 1: Total R\$ 7,34)
Selo(s): 1 Ato: 1028AA-447276

Leonardo de Brito Epifani
Escrevente Autorizado

